



**DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 DE SETEMBRO DE 2012**

**Serviço responsável pela execução da deliberação** | Divisão de Gestão Urbanística

**Epígrafe | 13.1. Processo de informação prévia n.º 42/11 – Sandra Cristina de Almeida Filipe**

**Deliberação** | Presente o requerimento n.º 1353/11, subscrito por Sandra Cristina de Almeida Filipe, NIF220098018, residente em Estrada da Barosa, n.º 1974, 1.º Esq.º, a solicitar a declaração de interesse municipal da operação urbanística consubstanciada na construção de uma residência sénior/lar para terceira idade, a levar a efeito no lugar de Barros, freguesia de Azoia.

Em 4 de abril de 2011, foi solicitado um pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção de uma residência sénior/lar para terceira idade.

Em termos de localização o prédio objeto da operação urbanística insere-se em área de REN-Reserva Ecológica Nacional, o que determina, face ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, para a viabilização do pedido de informação prévia, a necessidade de autorização da Comissão de Coordenação da Região Centro.

Por deliberação do executivo camarário datada de 5 de abril de 2011, foi declarado o interesse público municipal da pretensão da requerente, tendo ainda ficado decidido remeter o assunto, para aprovação à Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou em 10 de abril de 2012, aprovar os critérios de interesse público municipal.

Em consonância com a data deliberação, a requerente, apresentou em 30 de agosto de 2012, elementos de pormenorização e enquadramento da pretensão elaborada com base nos critérios para declaração a emitir pela Assembleia Municipal sobre o interesse Municipal de Obras e Investimentos no Conselho de Leiria.

Analizados os elementos carreados ao processo, por ponderação dos critérios definidos por deliberação de Assembleia Municipal, e de acordo com a informação técnica prestada em 12 de setembro de 2012, sobre a qual recaiu o despacho do Senhor Vereador do Pelouro do Ordenamento do Território, Urbanismo e Obras Municipais, em 12 de setembro de 2012, a pretensão poderá reunir os requisitos para ser declarado o Interesse Municipal.

**REQUISITOS/PONDERAÇÃO**

	EQUIPAMENTOS		Pont
1	Tratar-se equipamento de proteção civil ou de segurança pública.		0
2	Não existirem na freguesia onde se inserem, ou em condições de acessibilidade adequada ao uso das populações alvo, os equipamentos de interesse social ou cultural propostos, cuja pertinência deve ser confirmada pelo serviço municipal respetivo.		10
3	Ser complementar de qualquer valência já existente no local, cuja deslocalização não seja possível ou viável.		0



Município de Leiria  
Câmara Municipal

Subunidade Orgânica de Expediente Geral

4	Assegurar ou criar postos de trabalho.				10
	Nº de postos de trabalho	até 5	5 a 15	>15	
		5	7	10	
5	Não constituir para a autarquia qualquer encargo com a execução de obras ou infraestruturas não previstas nas opções do plano.				5
6	Constituir um investimento que permita a mobilização de recursos locais no que se refere à construção e dinamização da atividade económica.				10
7	Não existir alternativa de localização do empreendimento em espaço com usos do solo adequado, dentro da freguesia ou na respetiva área de ação.				5
8	Constituir um aproveitamento das potencialidades paisagísticas do local, em que todas as ações a realizar deverão garantir a estabilidade do equilíbrio ecológico atualmente existente justificando tecnicamente as soluções com estudo adequado.				10
9	Apresentar o projeto uma localização, com boas acessibilidades, e servir com economia de escala para o bem-estar e qualidade de vida da população que pretende servir.				5
10	Constituir uma mais-valia para a construção ou reformulação de infraestruturas essenciais na zona de interesse coletivo ou programadas pela autarquia.				15
11	Demonstrar com estudo económico a inviabilização da iniciativa de implantação noutro local do equipamento ou instalação pretendida.				0
12	Promover a reabilitação de estruturas patrimoniais construídas, reutilizando-as para novos usos, assegurando as componentes paisagísticas e de equilíbrio ecológico dos locais				0

Pontuação total= 70

A Câmara Municipal, apreciado o pedido, **deliberou por unanimidade** atendendo ao disposto na alínea e) do capítulo primeiro, do anexo 1, da Portaria 1356/2008, de 28 de novembro, o seguinte:

- I. Reconhecer de interesse municipal a viabilidade da realização da operação urbanística consubstanciada na construção de um edifício para armazém e escritórios de apoio, a levar a efeito na Rua do Forno-Relvas, freguesia de Barreira.
- II. Submeter o pedido supra transcrito à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

O Presidente da Câmara Municipal

  
Raul Castro

A Secretária da reunião

  
Sandra Almeida Reis  
Ao abrigo do despacho n.º 7/2012, de 5 de janeiro